Hospital e Maternidade Santa Joana S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

KPDS 653355

Hospital e Maternidade Santa Joana S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.741	99.329
Contas a receber de clientes	6.a	69.078	75.660
Ativos de contrato	6.b	74.828	62.146
Estoques	7	8.304	9.088
Outros créditos		2.957	2.043
Total do ativo circulante		240.908	248.266
Não circulante			
Impostos diferidos	13.b	15.359	10.398
Depósitos judiciais		2.844	8.874
Total do realizável a longo prazo		18.203	19.272
Intangível		1.487	1.932
Imobilizado	8	207.522	160.306
Total do ativo não circulante		227.212	181.510
Total dos ativos		**468.120**	**429.776**

Passivo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	9	19.756	18.363
Arrendamentos a pagar	10	20.878	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	11	39.168	35.231
Obrigações tributárias a recolher	12	12.241	11.250
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.a	44.846	58.397
Outras contas a pagar	14	20.049	23.925
Provisão para contingências	15	3.682	3.704
Total do passivo circulante		160.620	150.870
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	10	71.971	-
Obrigações tributárias a recolher	12	9.947	10.620
Outras contas a pagar	14	1.573	2.610
Provisão para contingências	15	9.391	14.033
Total do passivo não circulante		92.882	27.263
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	20.887	62.466
Reservas de lucros	16.d	193.731	189.177
Total do patrimônio líquido		214.618	251.643
Total dos passivos e patrimônio líquido		**468.120**	**429.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital e Maternidade Santa Joana S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida	18	756.091	792.980
Custo dos serviços prestados	19	(516.255)	(510.252)
Lucro bruto		239.836	282.728
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas	20	(15.790)	(15.513)
Despesas gerais e administrativas	21	(49.119)	(37.851)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	6.c	(5.470)	(9.619)
Outras receitas		11.988	8.329
Outras despesas		(1.002)	(1.943)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		180.443	226.131
Receitas financeiras	22	2.641	3.184
Despesas financeiras	22	(10.947)	(1.563)
Resultado financeiro líquido	22	(8.306)	1.621
Resultado antes dos impostos		172.137	227.752
Imposto de renda e contribuição social	13.c	(54.059)	(72.323)
Lucro líquido do exercício		**118.078**	**155.429**
Lucro líquido por ação - R$		**5,65**	**2,49**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital e Maternidade Santa Joana S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**118.078**	**155.429**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**118.078**	**155.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital e Maternidade Santa Joana S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018		31.818	14.167	143.727	-	189.712
Lucro líquido do exercício		-	-	-	155.429	155.429
Distribuição de lucros de período anteriores	16.c (i)	-	-	-	(83.600)	(83.600)
Juros sobre capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	(9.898)	(9.898)
Aumento de capital	16.b	30.648	(646)	(30.002)	-	-
Transferência para reserva de lucros	16.d	-	-	61.931	(61.931)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		62.466	13.521	175.656	-	251.643
Lucro líquido do exercício		-	-	-	118.078	118.078
Distribuição de lucros de período anteriores	16.c (i)	-	-	(102.701)	-	(102.701)
Dividendos mínimos obrigatórios:						
Juros sobre capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	(9.854)	(9.854)
Dividendos mínimos obrigatórios complemento	16.c				(969)	(969)
Redução de capital	16.b	(41.579)	-	-	-	(41.579)
Transferência para reserva de lucros	16.d	-	-	107.255	(107.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		20.887	13.521	180.210	-	214.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital e Maternidade Santa Joana S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		172.137	227.752
Ajustes por:			
Depreciação	8	43.537	16.115
Amortização		586	586
Custo residual de itens baixados do imobilizado	8	159	8.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.c	5.470	9.619
(Reversões) e constituições de ativos de contrato	6.b	(13.871)	(31.352)
Juros provisionados	10	9.355	-
(Reversões) e constituições de provisão para contingências	15	2.054	2.554
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes		2.301	(10.262)
Estoques		784	(1.300)
Outros créditos		(914)	267
Depósitos judiciais		6.030	(7.556)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		1.393	491
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		3.937	1.869
Obrigações tributárias a recolher		(208)	(7.212)
Outras contas a pagar		(3.034)	2.481
Pagamentos de contingências	15	(6.718)	(1.259)
Pagamentos de juros	10	(9.355)	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	13.a	(72.045)	(81.143)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**141.598**	**130.197**
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo intangível		(141)	-
Aquisição de ativo imobilizado	8	(24.884)	(50.128)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(25.025)**	**(50.128)**
Atividades de financiamento			
Pagamento do principal - arrendamento mercantil	10	(14.758)	-
Juros sobre capital próprio pagos	16.c	(9.816)	(6.949)
Dividendos pagos	16.c	(105.587)	(90.190)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(130.161)**	**(97.139)**
Redução em caixa e equivalentes de caixa		**(13.588)**	**(17.070)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		99.329	116.399
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		85.741	99.329
Redução em caixa e equivalentes de caixa		**(13.588)**	**(17.070)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Hospital e Maternidade Santa Joana S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede Rua Dr Eduardo Amaro, 225, Paraíso, na cidade de São Paulo e conta com três unidades hospitalares de atendimento especializado em maternidade: Santa Joana, Pro Matre e a nova unidade Santa Maria inaugurada em Junho de 2018 todas na cidade de São Paulo. A entidade tem por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares e de maternidade, de assistência médico-social e científica e demais atividades correlatas, como serviços de pronto-atendimento.

De acordo com o plano estratégico e de negócios da Companhia, em 1º de janeiro de 2019 ocorreu a cisão parcial de seus ativos imobilizados seguida de incorporação pela Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. O impacto da transação conforme laudo de cisão emitido por perito especialista em 1º de janeiro de 2019 reduziu o capital social da Companhia em R$ 41.579, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	Parcela cindida	Passivo	Parcela cindida
Não circulante		**Patrimônio líquido**	
Imobilizado (Nota 8)	41.579	Capital social (Nota 16.b)	41.579
Total do ativo	**41.579**	**Total do passivo**	**41.579**

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 06 R2 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram apresentados arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 6 -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 15 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 18** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de glosas.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 23 -** instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

A s demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Mudança nas principais políticas contábeis

3.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor (valores abaixo de R$ 5 mil).

Transição para o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui o CPC 06 (R1) "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, uma vez que requer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

As demonstrações financeiras da Companhia foram impactadas conforme segue:

(a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;

(b) reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração do resultado; e

(c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de "financiamentos a pagar") e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2) a partir do exercício social iniciado em 1° de janeiro de 2019. Para tal, a Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, sendo o montante referente ao Ativo de Direito de Uso igual ao Passivo de Arrendamento, sem o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. O CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Administração da Companhia efetuou a identificação dos contratos (inventário de aproximadamente 530 contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, aproximadamente 10% do montante total, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valores abaixo de R$ 5 mil), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares conforme permitido pelo CPC 06 (R2).

Em 1° de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal incremental sobre empréstimos, correspondente a taxa média das captações de empréstimos ou emissão de dívidas no mercado de capitais local, que representam o financiamento destes ativos classificados como direito de uso, alocando os ativos por vida útil a taxa média por prazo de vencimento de cada contrato.

A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto nominal média de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Em relação às renovações foram consideradas as premissas, políticas e regulamentos internos da Companhia, cujo prazo não pode ser renovado automaticamente, devendo somente ocorrer a prorrogação por acordo entre as partes quando a medida se revelar vantajosa e necessária para consecução dos interesses almejados pela Companhia com a contratação, ou seja, quando estiver razoavelmente certa, que a opção será exercida.

A Companhia aplicou o expediente prático relativo à definição de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1° de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma.

Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 1° de janeiro de 2019, 5 contratos foram considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) (5 contratos em 31 de dezembro de 2019), e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado abaixo:

	Impacto da adoção inicial			
Grupo	**Pagamentos futuros de aluguéis fixos**	**Impacto da taxa de desconto**	**Direito de uso de ativos arrendados**	**Passivo de arrendamento**
Imóveis	136.420	28.812	107.608	107.608

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1 Receita de contrato com cliente

Prestação de serviço

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquido da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, e (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa nº 18.

4.2 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: receita e despesas de juros, descontos concedidos e obtidos e despesas bancárias. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinações de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.5 Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a matérias hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Companhia realiza controle rotineiro de validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

4.6 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e instalações	10 – 25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	20 anos
Veículos	20 anos
Instrumentos cirúrgicos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7 anos
Direito de uso – imóveis	5 – 6 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

d. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge para os exercícios de 2019 e 2018.

4.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

4.9 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.10 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em "Imobilizado" e passivos de arrendamento em "Arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Como arrendatário
No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

4.11 Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.3 (a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	3.460	1.324
Aplicações financeiras	82.281	98.005
	85.741	**99.329**

A Companhia concentra a maior parte de suas aplicações em fundos de investimentos de renda fixa e CDBs, conforme demonstra a composição abaixo, as aplicações são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Ba1, baseado na agência de rating Agência *Moody*.

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações de renda fixa	42.045	89.657
CDB	40.236	8.348
	82.281	**98.005**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, cuja taxa média é de 5,3% a.m. (6,15% a.m. em 2018) do C DB e 4,6% a.m. (5,1% a.m. em 2018) para renda fixa, bem como as aplicações financeiras são utilizadas na gestão de recursos de fluxo de caixa da Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros é divulgada na nota explicativa nº 23.

6 Contas a receber de clientes e ativos de contrato

a. Composição do contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Convênios e segurados	88.090	75.510
Pacientes particulares	1.513	1.578
Cartão de crédito	2.672	2.593
Cheques a descontar	531	549
Cobrança judicial	1.371	6.533
	94.177	**86.763**
Provisão para glosas (i)	(11.549)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.550)	(11.103)
Total do contas a receber de clientes	**69.078**	**75.660**

(i) Os contratos com as operadoras de plano de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. A partir de 2019 a Companhia passou a registar a provisão de glosa pelo seu histórico sendo que foi registrado de provisão o valor de R$ 13.487 (R$ 11.549 sobre contas a receber de clientes e R$ 1.938 sobre ativo de contrato) e R$ 3.895 de baixas efetivas de glosas aceitas, referentes a receitas auferidas em exercícios anteriores. Em 2018, as glosas foram registras somente após o aceite final pela Companhia cuja baixa ocorreu direto contra a receita no valor de R$ 2.475, conforme nota explicativa nº 18.

Composição do contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	73.356	69.787
Vencidos até 30 dias	3.774	670
Vencidos 31 à 90 dias	2.716	2.935
Vencidos há mais de 90 dias	14.331	13.371
Total	**94.177**	**86.763**

b. Composição de ativos de contrato

	31/12/2019	31/12/2018
Valores a faturar – estimado a vencer	77.955	62.146
Provisão para glosas sobre ativo de contrato - Convênios e segurados	(1.938)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Pacientes particulares	(1.189)	-
Valores a faturar – estimado a vencer	**74.828**	**62.146**

Os ativos de contrato relacionam-se as receitas de serviços hospitalares reconhecidas pelo regime de competência, todavia não faturadas. Os ativos de contrato são transferidos para recebíveis quando do efetivo faturamento para o cliente.

c. Movimentação da provisão para perdas por redução no valor recuperável durante os exercícios do contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo em 1º de janeiro	(11.103)	(2.350)
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	(7.908)	(9.619)
Valores revertidos	2.438	-
Valores recuperado	1.834	866
Saldo em 31 de dezembro	**(14.739)**	**(11.103)**
Contas a receber de clientes	(13.550)	(11.103)
Ativos de contrato	(1.189)	-
Saldo em 31 de dezembro	**(14.739)**	**(11.103)**

(1) No exercício de 2019, o valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, afetando o resultado do exercício líquido de adições e reversões foi de R$ 5.470 (R$ 9.619 em 2018).

(2) Veja política para reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa 4.8.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes" está divulgada na nota explicativa nº 23.

7 Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Medicamentos	1.690	2.113
Consumíveis hospitalares	3.715	4.043
Outros itens consumíveis	2.899	2.932
	8.304	**9.088**

Nos exercícios de 2019 e 2018, não foram reconhecidos valores de perdas com obsolescência e de baixa rotatividade.

8 Imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual 2019	Valor residual 2018
Terrenos	10.200	-	10.200	10.200
Edificações e instalações	66.181	(37.100)	29.081	52.834
Móveis e utensílios	19.015	(15.042)	3.973	4.379
Máquinas e equipamentos	83.369	(56.603)	26.766	30.478
Equipamentos de informática	13.860	(8.196)	5.664	5.545
Veículos	2.075	(1.098)	977	1.164
Instrumentos cirúrgicos	10.712	(7.135)	3.577	3.141
Benfeitorias imóveis terceiros	29.749	(6.677)	23.072	27.326
Direito de uso – imóveis	107.608	(20.813)	86.795	-
Imobilizado em andamento	17.983	-	17.983	25.805
Provisão de *impairment*	(566)	-	(566)	(566)
	360.186	(152.664)	207.522	160.306

Movimentação do imobilizado 2019

	2018	Reconhecimento do direito de uso na aplicação inicial	Adições	Baixas (a)	Transferências	2019
Terrenos	10.200	-	-	-	-	10.200
Edificações e instalações	86.959	-	616	(25.933)	4.539	66.181
Móveis e utensílios	18.354	-	-	(91)	752	19.015
Máquinas e equipamentos	78.358	-	4.589	(1.542)	1.344	83.369
Equipamentos de informática	12.340	-	1.060	(451)	1.531	13.860
Veículos	2.271	-	-	(196)	-	2.075
Instrumentos cirúrgicos	9.217	-	988	-	507	10.712
Benfeitorias imóveis terceiros	29.749	-	-	-	-	29.749
Imobilizado em andamento (b)	25.805	-	17.630	(16.779)	(8.673)	17.983
Direito de uso – imóveis	-	107.608	-	-	-	107.608
Custo de aquisição	**273.253**	**107.608**	**24.883**	**(44.992)**	**-**	**360.752**
Edificações e instalações	(34.125)	-	(4.106)	1.131	-	(37.100)
Móveis e utensílios	(13.975)	-	(1.125)	58	-	(15.042)
Máquinas e equipamentos	(48.500)	-	(9.602)	1.499	-	(56.603)
Equipamentos de informática	(6.176)	-	(2.466)	446	-	(8.196)
Veículos	(1.107)	-	(111)	120	-	(1.098)
Instrumentos cirúrgicos	(6.077)	-	(1.058)	-	-	(7.135)
Benfeitorias imóveis terceiros	(2.421)	-	(4.256)	-	-	(6.677)
Direito de uso – imóveis	-	-	(20.813)	-	-	(20.813)
Depreciação acumulada	**(112.381)**	**-**	**(43.537)**	**3.254**	**-**	**(152.664)**
Provisão de *impairment*	**(566)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(566)**
Total do imobilizado	**160.306**	**107.608**	**(18.654)**	**(41.738)**	**-**	**207.522**

(a) Em 1° de janeiro de 2019 correu a cisão parcial de seus ativos imobilizados seguida de incorporação pela Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. O impacto da transação conforme laudo de cisão reduziu o imobilizado em R$ 41.579, Conforme nota explicativa n° 1, desta forma, o efeito no resultado das baixas é de (R$ 159).

(b) Imobilizado em andamento está representado em grande parte, por investimentos que a Companhia fez durante o exercício de 2019 para melhorias na infraestrutura.

Movimentação do imobilizado 2018

	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Terrenos	10.200	-	-	-	10.200
Edificações e instalações	87.761	5.430	(6.232)	-	86.959
Móveis e utensílios	15.126	4.770	(1.542)	-	18.354
Máquinas e equipamentos	59.664	18.534	(1.376)	1.536	78.358
Equipamentos de informática	7.442	5.934	(1.997)	961	12.340
Veículos	2.052	289	(70)	-	2.271
Instrumentos cirúrgicos	7.170	2.058	(11)	-	9.217
Benfeitorias imóveis terceiros	-	454	-	29.295	29.749
Imobilizado em andamento	44.938	12.659	-	(31.792)	25.805
Custo de aquisição	**234.353**	**50.128**	**(11.228)**	**-**	**273.253**
Edificações e instalações	(32.532)	(2.565)	972	-	(34.125)
Móveis e utensílios	(13.245)	(913)	183	-	(13.975)
Máquinas e equipamentos	(42.118)	(7.371)	989	-	(48.499)
Equipamentos de informática	(5.273)	(1.380)	477	-	(6.176)
Veículos	(1.030)	(137)	60	-	(1.108)
Instrumentos cirúrgicos	(5.205)	(872)	-	-	(6.077)
Benfeitorias imóveis terceiros	-	(2.421)	-	-	(2.421)
Depreciação acumulada	**(99.403)**	**(15.659)**	**2.681**	**-**	**(112.381)**
Provisão de *impairment*	**(566)**	**-**	**-**	**-**	**(566)**
Total do imobilizado	**134.840**	**34.013**	**(8.547)**	**-**	**160.306**

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores (a)	10.953	10.587
Provisão de fornecedores (b)	8.803	7.776
	19.756	**18.363**

A informação sobre a exposição da Companhia para os riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgada na nota explicativa 23.

(a) No total de fornecedores temos R$ 4.243 de medicamentos e materiais hospitalares (R$ 4.056 em 2018), R$ 1.104 de gêneros alimentícios (R$ 1.020 em 2018), R$ 1.238 de serviços de terceiros (R$ 502 em 2018) e R$ 4.368 de outros fornecedores (R$ 5.009 em 2018).

(b) Este valor refere-se a provisão de honorários médicos dos custos dos serviços prestados que não apresentaram a cobrança até a data do balanço. Veja a movimentação da provisão a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo em 1º de janeiro	7.776	5.105
Provisões registradas durante o ano	101.998	76.482
Provisões utilizadas / pagas durante o ano	(100.971)	(73.811)
Saldo em 31 de dezembro	**8.803**	**7.776**

10 Arrendamentos a pagar

	31/12/2019
Adição conforme CPC 06	107.608
Juros provisionados	9.355
Amortizações - pagamento do principal	(14.759)
Juros pagos	(9.355)
Saldo final em 31 de dezembro (Nota 17)	**92.849**
Circulante	20.878
Não circulante	71.971
	92.849

Banco - operação	Moeda	Taxa de juros nominal a.a.	Vencimento	Valor de face	Valor contábil
Arrendamento Mercantil	Em reais	9,81%	2024 - 2025	104.488	92.849

Os arrendamentos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas ("*covenants*").

Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019

	31/12/2019
2020	20.878
2021	20.878
2022	20.878
2023	20.878
2024 até 2025	9.337
Total	**92.849**

11 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações com funcionários	8.364	7.893
INSS a recolher	5.642	5.391
FGTS a recolher	1.830	1.212
Provisão para férias e encargos	23.332	20.735
	39.168	**35.231**

12 Obrigações tributárias a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos federais retidos	5.444	5.019
Pis e Cofins a recolher	2.698	2.442
Parcelamento PERT - imposto de renda (a)	11.092	11.800
ISS a recolher	1.395	1.366
Outros	1.559	1.243
	22.188	**21.870**
Circulante	12.241	11.250
Não circulante	9.947	10.620
	22.188	**21.870**

(a) A Companhia fez a opção pelo parcelamento especial PERT para incluir principalmente os débitos provenientes das ações que discutiam a incidência de imposto de renda do ano de 2007 e 2013.

Os valores contemplados no não circulante tem os seguintes vencimentos:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	1.243	1.180
2021	1.243	1.180
2022	1.243	1.180
2023	1.243	1.180
2024 até 2026	6.120	7.080
Total do parcelamento PERT - imposto de renda	**11.092**	**11.800**

13 Imposto de renda e contribuição social a recolher

a. Impostos de renda e contribuição social – Corrente

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição a recolher - saldo de abertura do exercício	58.397	64.805
Despesa de imposto de renda e contribuição social - exercício corrente	59.020	75.532
(-) Compensação de imposto de renda e contribuição social	(526)	(797)
(-) Pagamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados no exercício	(72.045)	(81.143)
Imposto de renda e contribuição social a recolher no final do exercício	**44.846**	**58.397**

b. Impostos de renda e contribuição social - Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2017	Reconhecido no resultado	31/12/2018	Reconhecido no resultado	31/12/2019
Prov. para contingências	5.398	633	6.031	(657)	5.374
Estimativa de custos	1.736	908	2.644	348	2.992
Provisão devedores duvidosos	55	1.668	1.723	5.270	6.993
Total	**7.189**	**3.209**	**10.398**	**4.961**	**15.359**

c. Reconciliação da taxa efetiva

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	172.137	227.752
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(58.527)	(77.436)
(+/-) Total das adições (exclusões) permanentes:		
Juros sobre o capital próprio	3.350	3.365
Despesa não dedutível	(156)	(40)
Outros	-	24
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(31)	423
(-) Programa alimentação do trabalhador	1.065	1.341
(-) Lei Rouanet	240	-
Subtotal	(54.059)	(72.323)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(59.020)	(75.532)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	4.961	3.209
Imposto de renda e contribuição social – Reconhecidos no resultado	(54.059)	(72.323)
Alíquota efetiva	31%	32%

14 Outras contas a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos (nota explicativa nº 16.c e 17)	10.860	12.777
JSCP (nota explicativa nº 16.c e 17)	8.376	8.414
Adiantamento de clientes – passivo de contrato	703	733
Depósito caução e prêmios a pagar	1.573	2.610
Outras contas	110	2.001
	21.622	**26.535**
Circulante	20.049	23.925
Não circulante	1.573	2.610
	21.622	**26.535**

15 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita apoiada na opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão contencioso trabalhista	3.682	3.704
Provisão contencioso fiscal	4.067	4.065
Provisão contencioso cível	5.324	9.968
	13.073	**17.737**
Circulante	3.682	3.704
Não circulante	9.391	14.033
	13.073	**17.737**

Movimentação dos processos

	2018	Constituições	Reversões	Pagamentos	2019
Prov. contencioso trabalhista	3.704	2.551	(2.158)	(415)	3.682
Prov. contencioso fiscal	4.065	2	-	-	4.067
Prov. contencioso cível	9.968	1.830	(171)	(6.303)	5.324
	17.737	**4.383**	**(2.329)**	**(6.718)**	**13.073**

	2018	Constituições	Reversões	Pagamentos	2019
Prov. contencioso trabalhista	3.547	3.253	(2.595)	(501)	3.704
Prov. contencioso fiscal	4.065	-	-	-	4.065
Prov. contencioso cível	8.830	1.931	(35)	(758)	9.968
	16.442	**5.184**	**(2.630)**	**(1.259)**	17.737

A provisão para ações trabalhistas foi considerada como de curto prazo dado a avalição de solução dos casos pelos assessores jurídicos bem como em função do tempo de tramite das mesmas, já as ações de natureza tributária e civil foram consideradas de longo prazo, visto que se trata em sua maioria de ações novas onde se discute principalmente questões referentes à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Ações avaliadas com risco possível:

	31/12/2019		31/12/2018	
Tipo de processos	**Qtd**	**Valor**	**Qtd**	**Valor**
Cíveis	138	38.129	130	33.792
Trabalhistas	20	595	24	849
Tributários	22	56.846	22	51.081
	180	**95.570**	**176**	**85.722**

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. Em 31 de Dezembro de 2019, estes passivos contingentes são representados por 180 processos no valor de R$ 95.570 (176 processos no valor de R$ 85.722 em 2018), sendo que as principais têm as seguintes naturezas:

No âmbito cível, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R$ 34.959 (2018: R$ 27.609) nas demonstrações financeiras relacionados a processos com pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes de suposta falha de procedimentos.

No âmbito tributários, a Companhia possui processo classificado como perda possível que totaliza R$ 49.082 (2018: R$ 49.082) nas demonstrações financeiras relacionados valores de impostos que estão em discussão administrativa/judicial dentro dos processos 16561.720088/2016-30, 16561.720079/2014-87 e 16643.720002/2013-16 Trata-se de diferença de tributação em relação à despesas de juros nas operações com debentures do ano de 2008 à 2012 apuradas em processo de fiscalização.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 20.887 (R$ 62.466 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 20.887 (62.466 em 2018) quotas com valor nominal de R$ 1,00.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o quadro acionário da Companhia era:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2019		31/12/2018	
	Capital social	**Quotas**	**Capital social**	**Quotas**
Antônio Rahme Amaro	10.443.600	10.443.600	31.233.000	31.233.000
Eduardo Rahme Amaro	10.443.600	10.443.600	31.233.000	31.233.000
	20.887.200	**20.887.200**	**62.466.000**	**62.466.000**

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária em 12 de novembro de 2018, a Companhia aprovou o aumento de capital no total de R$ 30.648, com a utilização de parte do saldo da conta de reserva legal no valor de R$ 646 e parte do saldo da conta de reservas de lucros no valor de R$ 30.002, passando o capital social de R$ 31.818 para R$ 62.466.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aprovou a redução de capital no valor de R$ 41.579, por meio de cisão parcial do acervo, seguida de incorporação pela Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme nota explicativa nº 1.

c. Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Os lucros apurados no exercício, após a compensação das destinações do resultado previsto na legislação vigente, serão destinados aos acionistas.

Conforme Artigo 16º, após a constituição da reserva legal de 5%, que não excederá de 20% do Capital Social, a Companhia deve destinar 10% no mínimo, ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por deliberação da Diretora, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a títulos de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em Lei , nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatório de que trata o item II do Artigo 16º.

Foram creditados aos acionistas durante o exercício de 2019 juros remuneratórios do capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 9.854 (R$ 9.898 em 2018) e dividendos mínimos obrigatórios complemento para atingir o percentual mínimo de 10% o montante de R$ 969 (zero em 2018).

Demonstração da movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio do exercício

Dividendos:	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	12.777	19.367
Distribuição de lucros de exercícios anteriores (i)	102.701	83.600
Dividendos mínimos obrigatórios complemento	969	-
Pagamentos	(105.587)	(90.190)
Saldo final (Nota 14)	**10.860**	**12.777**

Juros sobre capital próprio:	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	8.414	5.465
JCP a pagar	9.854	9.898
Pagamentos	(9.892)	(6.949)
Saldo final (Nota 14)	**8.376**	**8.414**

(i) Conforme deliberação dos acionistas aprovado na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019, foram distribuídos a título de dividendos adicionais o valor de R$ 102.701. Conforme deliberação dos acionistas aprovado na Assembleia Geral de 30 de abril de 2018, foram distribuídos a título de dividendos adicionais o valor de R$ 83.600.

d. Reserva de lucros

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2020, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 9.854 (R$ 9.898 em 2018), dividendos mínimos obrigatórios complementar para atingir os 10% mínimo previsto no Estatuto Social no montante de R$ 969 (zero em 2018) e transferência para reserva de lucros a realizar no montante de R$ 107.255 (R$ 61.931 em 2018), a serem referendados na Assembleia Geral em 28 de abril de 2020.

(i) **Reserva legal:** é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(ii) **Reserva de lucros a realizar:** esta reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício, sendo o objetivo de constituí-la para distribuir dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Os Administradores proporão à Assembleia Geral Ordinária a destinação a ser dada ao saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de lucros a realizar ou outras reservas, a quais serão referendados na Assembleia Geral em 28 de abril de 2020.

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua subsidiária com sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

a. Contas patrimoniais

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Natureza	2019	2018
Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 10) / (i)	Arrendamentos a pagar	92.849	-
	Outras contas a pagar	-	1.837
Dividendos (Nota 14)	Outras contas a pagar	10.860	12.777
JSCP (Nota 14)	Outras contas a pagar	8.376	8.414
Total		112.085	23.028

b. Resultado

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

Custo operacional:	31/12/2019	31/12/2018
Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	29.047	22.490

(i) As operações contemplam a locação por parte da Companhia de diversos imóveis pertencentes à Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. utilizados no curso normal dos seus negócios. Estão registrados como arrendamentos a pagar a partir do dia 1º de janeiro de 2019 obedecendo os critérios do CPC 06 (R2), por se tratar de contratos com características de arrendamento, desta forma, o custo em 2019 refere-se a depreciações e em 2018 a aluguéis.

c. Outras operações

Em 1º de janeiro de 2019 correu a cisão parcial de seus ativos imobilizados seguida de incorporação pela Amira Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. O impacto da transação conforme laudo de cisão reduziu o imobilizado e o capital social no montante de R$ 41.579, conforme nota explicativa nº 1.

d. Remuneração dos administradores

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração da pessoal chave da administração	1.673	1.047

Os saldos referem-se a remuneração decorrente dos salários e benefícios pagos nos exercícios informados. Os membros da diretoria executiva não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo-prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT.

18 Receita operacional liquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta		
Planos de saúde	772.615	772.034
Particulares	30.669	27.837
Particulares	15.809	42.512
	819.093	842.383

	31/12/2019	31/12/2018
(-) Deduções		
Serviços cancelados	(39)	(6)
Glosas efetivas e provisões	(17.382)	(2.475)
ISS sobre o faturamento	(16.411)	(16.848)
PIS sobre o faturamento	(5.195)	(5.356)
COFINS sobre o faturamento	(23.975)	(24.718)
	(63.002)	(49.403)
	756.091	**792.980**

Obrigações de desempenho e políticas de reconheicmento de receita

Tipo	Natureza e época de cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme CPC 47
Prestação de serviço	O cliente obtêm o controle das receitas com atendimento de pacientes de convênios, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. Os valores não faturados são apresentados como ativos de contrato. Os contratos com as operadoras de plano de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	As receitas são reconhecidas conforme os serviços são prestados. O preço dos serviços oferecidos são individuais por categoria, determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende serviços em transações separadas. As receitas são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquida de descontos, créditos e abatimentos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

19 Custos dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(258.237)	(264.430)
Serviços prestados por terceiros	(107.985)	(98.565)
Medicamentos e material hospitalar	(63.943)	(47.019)
Aluguéis e condomínios	(624)	(21.280)
Provisão para contingências (nota 15)	(2.054)	(1.150)
Manutenção	(15.438)	(17.293)
Energia elétrica, água, telefonia e gás	(13.357)	(11.031)
Depreciação (nota 8)	(39.990)	(14.051)
Impostos e taxas	(3.410)	(8.311)
Outras despesas	(14.179)	(28.272)
	(516.255)	**(510.252)**

20 Despesas com vendas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(9.383)	(8.333)
Propaganda	(3.139)	(4.253)
Serviços prestados por terceiros	(1.570)	(1.378)
Depreciação (nota 8)	(44)	(74)
Aluguéis e condomínios	(774)	(786)
Bens de pequeno valor	(52)	(42)
Impostos e Taxas	(16)	(10)
Energia elétrica, água, telefonia e gás	(89)	(37)
Outras despesas	(723)	(600)
	(15.790)	**(15.513)**

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	(24.800)	(19.805)
Serviços prestados por terceiros	(14.714)	(10.729)
Provisão para contingências (nota 15)	-	(1.404)
Depreciação (nota 8)	(3.503)	(1.990)
Aluguéis e condomínios	(1.502)	(542)
Bens de pequeno valor	(75)	(490)
Impostos e taxas	(148)	(312)
Energia elétrica, água, telefonia e gás	(350)	(125)
Outras despesas	(4.027)	(2.454)
	(49.119)	**(37.851)**

22 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	1.767	2.520
Descontos obtidos	113	253
Juros ativos	749	409
Variação cambial ativa	12	2
	2.641	**3.184**
Despesa financeira		
Descontos concedidos	(80)	(79)
Variação monetária passiva	(606)	(1.003)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 10)	(9.355)	-
Outras despesas financeiras	(906)	(481)
	(10.947)	**(1.563)**
Total resultado financeiro	**(8.306)**	**1.621**

23 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito;

(ii) Risco de liquidez; e

(iii) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco está basicamente concentrado em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	85.741	99.329
Contas a receber de clientes	69.078	75.660
Ativos de contrato	74.828	62.146
Outros créditos	2.957	2.043
	232.604	**239.178**

Caixa e equivalentes de caixa e outros créditos

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e outros créditos demonstrados acima representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Visando gerenciar o risco de crédito associado a estes ativos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é mantido substancialmente com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

O caixa e equivalentes de caixa tem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, bem como estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Operações de aplicações financeiras são realizadas substancialmente com instituições classificadas com baixo risco avaliadas.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa e outros créditos foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes, por isto, nenhuma provisão para perda de caixa e equivalente de caixa foi reconhecida.

Contas a receber de clientes e ativos de contrato
A Companhia faz uma análise prévia de crédito aos convênios antes de firmado o contrato e é uma importante ferramenta de mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros. Posterior a essa etapa, em caso de inadimplência a Companhia realiza os procedimentos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações de fatura, acordos extrajudiciais, entre outros.

Provisões para perdas por redução do valor recuperável foram constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração, e estão apresentadas na nota explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes.

A classificação de risco do contas a receber e ativos de contrato é apresentada a seguir:

31 de Dezembro de 2019	Títulos em aberto	Taxa Média ponderada estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Títulos a vencer	151.311	0,66%	1.001	Não
Vencidos de 1 a 30 dias	3.774	0,87%	33	Não
Vencidos de 31 a 60 dias	1.807	4,81%	87	Não
Vencidos de 61 a 90 dias	909	34,87%	317	Não
Vencidos de 91 a 120 dias	713	45,72%	326	Não
Vencidos de 121 a 150 dias	749	55,14%	413	Não
Vencidos de 151 a 180 dias	807	61,96%	500	Não
Há mais de 180 dias	12.062	100,00%	12.062	Sim
Total	**172.132**		**14.739**	

31 de Dezembro de 2018	Títulos em aberto	Taxa Média ponderada estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Títulos a vencer	131.933	0,07%	90	Não
Vencidos de 1 a 30 dias	670	2,90%	17	Não
Vencidos de 31 a 60 dias	1.931	3,06%	57	Não
Vencidos de 61 a 90 dias	1.004	4,42%	43	Não
Vencidos de 91 a 120 dias	858	6,41%	54	Não
Vencidos de 121 a 150 dias	694	8,81%	60	Não
Vencidos de 151 a 180 dias	1.156	10,37%	119	Não
Há mais de 180 dias	10.663	100,00%	10.663	Sim
Total	**148.909**		**11.103**	

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos 2 anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas da vida esperada dos recebíveis.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

O risco de liquidez evidencia a capacidade de a Companhia liquidar as obrigações assumidas. A Companhia não possui empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, e as principais obrigações assumidas com terceiros referem-se substancialmente a pagamento com mútuo ou dividendos à partes relacionadas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Exposição ao risco de liquidez

	Valor contábil	Até 1 ano	De 2 à 3 anos	De 3 à 5 anos
Passivos				
Fornecedores	19.756	19.756	-	-
Arrendamentos a pagar	92.849	20.878	41.756	30.215
Outras contas a pagar	21.622	20.049	1.573	-
Total	**134.227**	**60.683**	**43.329**	**30.215**

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado de 2019, na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Cenários				
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de juros efetiva em 31/12/2019**	**I Provável**	**II 25%**	**III 50%**	**IV -25%**	**V -50%**
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras RF	42.045		4,60%	4,60%	5,75%	6,90%	3,45%	2,30%
Aplicações Financeiras CDB	40.236		5,30%	5,30%	6,63%	7,95%	3,98%	2,65%
Efeito no resultado				1.767	2.209	2.651	1.325	883

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Gerenciamento do capital

A prática adotada pela Administração é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do quotista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2019	**31/12/2018**
Total passivo	253.502	178.133
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(85.741)	(99.329)
Dívida líquida	167.761	78.804
Total patrimônio líquido	214.618	251.643
Índice da dívida líquida pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro	0,78	0,31

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível	2019	2018
Ativos			
Categoria: Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	-	85.741	99.329
Contas a receber de clientes	-	69.078	75.660
Ativos de contrato	-	74.828	62.146
Outros créditos	-	2.957	2.043

	Nível	2019	2018
Passivos			
Categoria: Custo amortizado:			
Fornecedores	-	19.756	18.363
Arrendamentos a pagar	2	92.849	-
Outras contas a pagar	-	21.622	26.535

24 Cobertura de Seguros

A Companhia possui apólice de seguro contra incêndio e riscos diversos para cobertura dos bens do ativo imobilizado, os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas, e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, o valor da cobertura da apólice vigente é de R$ 159.200.

25 Eventos subsequentes

Em relação à pandemia decorrente da Covid-19, a Companhia acompanha o desenrolar dos acontecimentos e informa que não sofreu impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios até este momento, visto que o seu fluxo de recebimentos e pagamentos estão seguindo o curso normal dos negócios.

Como estamos numa fase crítica da crise sanitária, há um elevado grau de incertezas para muitas projeções que só poderão ser mensuradas futuramente e que eventualmente podem gerar impactos econômicos financeiros para o ano de 2020.

A Companhia está tomando medidas para reduzir os impactos com base nas informações disponíveis, quais sejam:

- Constituição de um comitê de crise multidisciplinar com o objetivo de monitorar e estudar as melhores práticas para o tratamento e controle.
- Compra de estoque de materiais, equipamentos e medicamentos que deverão ser utilizados no ciclo contagioso.
- Apoio aos colaboradores com atendimento médico especializado presencial ou por telemedicina, realizando os testes recomendados nos casos suspeitos de contaminação bem como o afastamento do colaborador.

- Esforço de comunicação com seus colaboradores e com a sociedade em geral para prevenção da infecção pelo Covid-19;

- Adoção de home office para seus colaboradores de backoffice e suspensão das férias de colaboradores assistenciais no intuito de garantir uma melhor assistência aos pacientes.

* * *

Antonio Rahme Amaro
Diretor Administrativo

Eduardo Rahme Amaro
Diretor Clínico

José Nivaldo da Cunha
Gerente de Contabilidade
CRC SP139026-O/5

Seiichi Sase Junior
Contador
CRC SP191468/O-2